



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO **300 DIAS**

GESTÃO 2021-2023





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO AO ACRE
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO **300 DIAS**

GESTÃO 2021-2023

DEZEMBRO DE 2021



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

TRIBUNAL PLENO

Desembargadora **Eva Evangelista**

Desembargador **Samoel Evangelista**

Desembargador **Pedro Ranzi**

Desembargador **Roberto Barros**

Desembargadora **Denise Bonfim**

Desembargador **Francisco Djalma**

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Desembargadora **Regina Ferrari**

Desembargador **Laudivon Nogueira**

Desembargador **Júnior Alberto**

Desembargador **Elcio Mendes**

Desembargador **Luis Camolez**

DIRETORIAS

Diretoria de Gestão Estratégica – **Raimundo Angelim Vasconcelos**

Diretoria de Logística – **Alessandra Araújo de Souza**

Diretoria Judiciária – **Raquel Cunha da Conceição**

Diretoria de Finanças e Informações de Custos – **Keuly Tavares Queiroz Costa**

Diretoria de Gestão de Pessoas – **Iriá Farias Franco Modesto Gadelha**

Diretoria de Informação Institucional – **Andréa Laina Coêlho Zílio**

Diretoria de Tecnologia da Informação – **Raimundo José da Costa Rodrigues**

Diretoria Regional do Vale do Alto Acre – **Sérgio Baptista Quintanilha Júnior**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA 2021-2023

Presidente

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Vice-Presidente

Desembargador **Roberto Barros**

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador **Élcio Mendes**

Juizes Auxiliares da Presidência

Dra. Andrea da Silva Brito

Dr. Leandro Leri Gross

PRODUÇÃO EDITORIAL

Diretoria de Informação Institucional - DIINS

Gerência de Comunicação - GECOM

APOIO

Gabinete do Juiz-Auxiliar da Presidência

Diretoria de Gestão Administrativa

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde
Rio Branco, AC 69.915-631
(68) 3302-0408

Sumário

Apresentação presidente	8
-------------------------------	---

Somos Ouro	10
------------------	----

Eixo Social	11
--------------------------	-----------

Nasce o Balcão Virtual	11
------------------------------	----

Grupo reflexivo	11
-----------------------	----

Política de Gestão da Inovação	12
--------------------------------------	----

Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, Sexual e de Todas as Formas de Discriminação	13
---	----

Diversidade, respeito e equidade	13
--	----

Comissão Gestora do Sítio Eletrônico	14
--	----

Revisão e atualização dos manuais	15
---	----

Plano de ação do Grupo de Monitoração e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo	15
---	----

INFÂNCIA E JUVENTUDE	16
----------------------------	----

Projeto Cidadão	17
-----------------------	----

Enfrentamento à violência contra a mulher	18
---	----

SOS ACRE	19
----------------	----

EIXO PROCESSOS INTERNOS	21
--------------------------------------	-----------

VICE-PRESIDÊNCIA	21
------------------------	----

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	21
-------------------------------------	----

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	23
--------------------------------	----

Diálogo com a sociedade	24
Transparência nos atos normativos	26
Gerenciamento e controle	26
Tecnologia da Informação e Comunicação	27

EIXO APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO.....28

Virtualização de documentos	28
Concurso público	28
Saúde do servidor	29
Celeridade e dinamismo	29
História e Memória	30
Voluntariado	31
Ações socioambientais	31
Escola do Poder Judiciário	32

EIXO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA33

GESTÃO DE CONVÊNIOS	33
Metodologia de planejamento orçamentário	33
Reorganização financeira	34
Fluxo e economia	35
Obras e reformas	35
Ano de parceria	36

Apresentação presidente

300 dias representa metade do caminho percorrido nesta gestão do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC). Nesse biênio (2021/2023), iniciado no dia 5 de fevereiro de 2021, assumimos a Justiça estadual com a obstinação para enfrentarmos os desafios, empregando planejamento estratégico, tendo a colaboração de todas e todos que compõem o Sistema de Justiça, e exercitando uma boa dose de coragem. Afinal, ainda lidamos com as incertezas e dúvidas em relação à pandemia do COVID-19, mesmo com as vacinas que geram proteção e esperança de que poderemos superar essa crise.

Foi preciso adaptar para retornamos ao trabalho presencial com segurança diante da crise humanitária e sanitária vivenciada. Adaptar também nossas necessidades e demandas para lidar com os cortes orçamentários e as exigências sociais por uma Justiça mais ágil e eficiente. Não foi fácil e permanece sendo um desafio, a exigir medidas austeras contínuas. Mas, nessa trilha dialogamos com outros Tribunais e com parcerias elaboramos soluções e boas práticas, como foi o planejamento estratégico do Judiciário acreano para os próximos seis anos, feito pela própria equipe interna do Judiciário acreano, com a escuta das unidades judiciárias, de integrantes de outros Órgãos Públicos e da sociedade civil.

Calha lembrar, que logo no início desses 300 dias, o Acre passou por problemas devido os danos causados pelas alagações, especialmente nas cidades do interior. Simultaneamente houve crise migratória por causa da chegada de haitianos e africanos à cidade de Assis Brasil, fronteira com Peru. Além disso, lidávamos com os altos índices do COVID-19, pois o país/Acre ainda estava sem doses suficientes das vacinas.

Acreanas e acreanos precisavam de apoio, muitos tiveram todos seus pertences levados pelas águas que inundaram suas casas. Diante disso, o Judiciário acreano agiu e rápido; integramo-nos como parceiro à campanha SOS Acre do Ministério Público estadual, contribuindo eficazmente com a captação de doações e mobilizações nacionais, trazendo como apoiador a Cruz Vermelha Brasileira.

Completamos um ano de gestão administrativa com avanços nas áreas internas, modernização dos atendimentos, sem deixarmos de buscar o aprendizado contínuo para crescermos e também instituímos a sustentabilidade financeira da instituição. Exemplos desses avanços são: o Balcão de Virtual que possibilita a pessoa conversar por meio de videochamada com as unidades judiciárias; a Justiça 4.0 e o Juízo 100% Digital, que teve sua primeira ação tramitada nesse formato no Acre em fevereiro de 2021. Também aumentamos o controle e fiscalização na prestação de contas internas e nos serviços prestados, com a finalidade de garantir os direitos dos cidadãos e cidadãs do Acre.

Resultado desse trabalho é demonstrado no reconhecimento.

No final de 2021, O TJAC conquistou o Selo Ouro, no Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Órgão responsável por controlar a atuação do Judiciário no Brasil. Ainda, dentro desse prêmio, a Justiça do Acre foi a 1ª colocada no quesito Transparência.

E fomos além dos serviços jurisdicionais, eis que atuamos incansavelmente na proteção das garantias fundamentais com foco social, fortalecendo as redes de proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, das crianças e adolescentes, assim como, o Projeto Cidadão, que completou 26 anos de promoção da cidadania.

Por isso, nesses 300 dias, agradecemos servidoras, servidores, magistradas, magistrados, colaboradoras, colaboradores, parceiras e parceiros por confiarem na gestão e se empenharem com afinco em suas responsabilidades.

Agora, celebrando e apresentando nossas conquistas, reafirmamos o compromisso e dedicação em seguirmos avançando na gestão administrativa do Judiciário acreano, com intuito de garantir justiça para a paz social, abertos ao diálogo e prestando serviços com qualidade e agilidade.

Desembargadora Waldirene Cordeiro
Presidente do TJAC (Biênio 2021/2023)



Somos Ouro

■ O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) conquistou o Selo Ouro no prêmio ‘CNJ de Qualidade de 2021’, do Conselho Nacional de Justiça. Entre os Tribunais que conquistaram tal categoria, foi o primeiro colocado no quesito transparência e produtividade. Um resultado para coroar o ano.

O Prêmio CNJ de Qualidade reconhece os tribunais que se destacaram no último ano, pela gestão estratégica, governança, produtividade, transparência, gestão de dados e tecnologia, resultando na melhoria da qualidade da prestação jurisdicional.



Para a atual Administração o Selo Ouro representa o reconhecimento do trabalho feito para levar uma justiça mais célere e de qualidade e é fruto do esforço e dedicação de toda a equipe do Poder Judiciário acreano e também do apoio dos parceiros.

Classificação

Em 2020, o TJAC alcançou o Selo Ouro ficando na sétima classificação (60,9%) entre os tribunais laureados. Na edição de 2021, o TJ acreano ficou na terceira posição (75,3%) entre os tribunais ganhadores do ouro.

Para a conquista, uma força-tarefa foi feita na instituição para melhorar a transparência, estratégica, governança, produtividade, gestão de dados e tecnologia. Apesar da pandemia, o TJ Acre se esforçou para cumprir as metas e não parar com os serviços.

Avanços

A atualização das tabelas processuais no sistema Datajud, por exemplo, foi um desafio relevante. Com a atualização, foi possível fazer o levantamento da contabilidade e remessas da produtividade e movimentações processuais ao CNJ. A implantação do Balcão Virtual, Justiça 4.0 e Juízo 100% digital foram outros pontos de destaque.

Todos os 91 tribunais brasileiros participaram do Prêmio CNJ de Qualidade, incluindo os tribunais superiores. A premiação foi criada em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013.



Eixo Social

Nasce o Balcão Virtual

■ Instituído em fevereiro de 2020, o Balcão Virtual foi instalado como um dos serviços essenciais a ser prestado pelo Judiciário acreano, principalmente, neste período de pandemia.

Instalado nas unidades judiciárias do Acre, ele fornece atendimentos e orientações, por meio da internet. O serviço é feito pela ferramenta do Google Meet, e funciona durante todo o horário de expediente. Basta o cidadão acessar o link da unidade que deseja e será atendido por uma servidora ou servidor por videochamada.

São mais de 70 salas virtuais, distribuídas entre as unidades cíveis e criminais das comarcas do estado. Com a ausência do atendimento presencial ocasionada pela pandemia, o Balcão Virtual disponibiliza atendimentos, que são feitos respeitando a ordem de solicitação e garante, como uma solução prática e eficiente, que os serviços jurisdicionais continuem chegando aos cidadãos.



Grupo reflexivo

■ O grupo reflexivo “Homens em Transformação” representa um olhar diferenciado que o Poder Judiciário confere a uma das formas de atuação no enfrentamento e combate à violência doméstica e familiar contra mulher, visando à diminuição do índice de reincidência. A ação está alinhada com o programa Justiça Restaurativa do CNJ.

O grupo reflexivo foi implantado no Acre em 2018. Logo, os primeiros resultados já foram detectados no ano seguinte, no qual a reentrada de homens que já haviam sido condenados com base na Lei Maria da Penha caiu da média de 40 a 70% para 4%. Em 2020, o índice de reincidência passou a ser 7%. Contudo, em 2021, estando dois anos sem reuniões, o índice dobrou, alcançando 14,95%.





Em contrapartida - e firmando-se no propósito de que a expansão do grupo reflexivo significa proteger mais mulheres - um marco importante está no fato do TJAC se tornar um dos primeiros tribunais do país a implantar a atividade para atender também os autores de violência doméstica que cumprem pena no regime semiaberto. A possibilidade se consolidou a partir da parceria com o Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen), assim as reuniões estão sendo realizadas na Unidade de Monitoramento Eletrônico de Pessoas.

Com efeito, o ano de 2021 se concluiu com articulações importantes para materializarem a interiorização do trabalho. Em novembro, a Câmara Municipal de Tarauacá aprovou a proposta de Projeto de Lei indicado pelo TJAC, por meio da Comsiv, para instituição do Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar. Em dezembro, foi a Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul que também aprovou a proposta de Projeto de Lei que institui o programa.



Política de Gestão da Inovação

■ Com o propósito de aprimorar as atividades por meio da difusão da cultura da inovação, da modernização de métodos e de técnicas de desenvolvimento dos serviços, este ano regulamentou-se a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário através da Portaria nº 2.156/2021, nos termos da Resolução CNJ nº 395, de 07 de junho de 2021.



A gestão da inovação tem caráter estratégico e deve propiciar a concepção e desenvolvimento de ideias inovadoras, de forma coletiva e em parceria, para então ofertar à sociedade respostas/recursos na forma de produto, processo, serviço, modelo de negócio ou tecnologia.

Deste modo, todos devem contribuir para a materialização de projetos inovadores que utilizem ferramentas de interação, criação, empatia e troca de conhecimento; disseminação da cultura da inovação, incentivando pesquisas, estudos e ações de capacitação na temática; assim como, na identificação de problemas ou necessidades passíveis de solução por meio das metodologias de inovação.





Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, Sexual e de Todas as Formas de Discriminação

■ Neste ano de 2021, o combate ao assédio moral e sexual se tornou uma política institucional do TJAC. Em maio, foram publicadas as Portarias nº 1.039 e 1.040 nomeando os membros da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual.

São duas comissões: uma voltada ao Primeiro Grau, a outra ao Segundo Grau.

A atuação dessas comissões possui a finalidade de contribuir para criar um ambiente de mais segurança para o recebimento de denúncias, visando à prevenção de casos de assédio e discriminação.

Em agosto, ambas as comissões iniciaram a elaboração de plano de ação. Assim, em consonância com o trabalho desenvolvido pelo CNJ, que lançou uma cartilha sobre o tema em setembro, a primeira iniciativa foi o compartilhamento desse material educativo no sítio da instituição, a fim de orientar a todos e todas com mais informações sobre esses crimes e como denunciá-los.



Diversidade, respeito e equidade

■ O Comitê da Diversidade, instituído pela Portaria n.º 1206/2020, tem a missão de elaborar ações de inclusão e combater as práticas discriminatórias de pessoas com deficiência, negros, mulheres, idosos, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexual, assexual e qualquer outra identidade de gênero e/ou sexualidade.

Desde o primeiro encontro, em 2021, com a nova composição, liderado pela desembargadora Regina Ferrari, esteve norteado com seu Plano de Ações, voltado à conscientização e sensibilização da sociedade e servidores do Judiciário, por meio da promoção e participação em palestras educativas.

Assim, suas ações de 2021, sob a perspectiva da missão e valores do Poder Judiciário do Acre, tiveram como meta, sempre levar uma mensagem sobre a dignidade da pessoa humana; a cidadania; a inclusão social; a equidade; a acessibilidade; o pluralismo cultural; a liberdade de consciência e de crença; a liberdade de convicção filosófica ou política; bem como a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Em junho, o Comitê da Diversidade foi atuante na Política de Proteção ao Idoso, aderiu a campanha Junho Violeta e participou da adesão ao Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI). De forma inédita, aderiu a I Jornada de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres com Deficiência, e promoveu roda de conversa sobre violência contra a mulher com deficiência e integrando ainda a campanha “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Doméstica Contra a Mulher”, ocorrida em novembro e dezembro de 2021.

Em agosto, durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla chamou a sociedade para refletir sobre a questão e agir na promoção desses direitos. Já em novembro, mês da consciência negra, o Comitê da Diversidade promoveu no Instagram do Tribunal de Justiça, *live* com o tema “Consciência negra: reflexões necessárias”, com a participação de servidores e pesquisadores.



Comissão Gestora do Sítio Eletrônico

■ Este foi o ano em que o Poder Judiciário do Acre instituiu a Comissão Gestora do Sítio Eletrônico (COGTE), nos termos da Resolução Conselho da Justiça Estadual (Cojus) nº 32, de 11 de outubro de 2017, com principal foco de dar melhor trafegabilidade ao usuário e transparência do Poder Judiciário do Acre.



As atribuições da Comissão são analisar os resultados apresentados pelas unidades participantes, mediante avaliações com periodicidade máxima anual e propor os ajustes e aperfeiçoamentos necessários nesta Resolução, além de apresentar relatório anual à Presidência do Tribunal de Justiça, com parecer fundamentado sobre os resultados do teletrabalho auferidos no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Acre e dados sobre o cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da Resolução n. 227 do CNJ, a fim de subsidiar as decisões da administração.

Outra finalidade da COGTE também é propor diretrizes, sugerir revisão de procedimentos, recomendar boas práticas; analisar e deliberar, fundamentadamente, sobre dúvidas ou casos omissos, de igual modo, padronizar procedimentos, modelos, formulários e relatórios, propondo os aperfeiçoamentos necessários.



Revisão e atualização dos manuais

■ A atualização dos manuais de processo de trabalho e suas rotinas é uma iniciativa que dá continuidade à proposta de assegurar as informações, fortalecendo a transparência da instituição. A ação se constitui enquanto um dos macrodesafios estabelecidos pela Administração para o aprimoramento da governança, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

Deste modo, um processo administrativo demandou a atualização dos manuais a fim de manter mecanismos eficientes, possibilitar a auditoria realizada pelo controle interno e aprimorar a cultura organizacional.

Todas as diretorias assumiram a tarefa de atualização e correção, iniciando pela área de Logística quanto aos itens lançados no Portal da Transparência, para que suas informações estejam condizentes e adequadas à atual realidade da gestão. No mês de junho de 2021 foi promovido treinamento por videoconferência para que todos os servidores e servidoras desta área tivessem a capacidade de realizar a manutenção periódica das páginas do Portal da Transparência.



Plano de ação do Grupo de Monitoração e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo

■ Em 2021, o Grupo de Monitoração e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo reforçou ainda mais ações de fiscalização das unidades prisionais e socioeducativas. Em maio o GMF discutiu sobre a implementação do protocolo de Istambul, que tem o propósito de apurar os relatos de tortura, adoção de providências contra o abuso de autoridade e coibição de práticas que ferem aos direitos humanos.



Com o apoio do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Grupo dialogou sobre as audiências concentradas no Sistema Socioeducativo. Em agosto de 2021, participou e levantou a discussão no Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o tema “O desafio da educação nas prisões”.



Com o avanço da vacinação e o arrefecimento da pandemia, o GMF foi *in loco*, verificar as condições físicas das unidades carcerárias e socioeducativas do Acre. O coordenador do GMF, juiz de Direito Robson Aleixo, juntamente com a juíza auxiliar da presidência Andréa Brito, vistoriaram as unidades prisionais e socioeducativas de Rio Branco, Senador Guimard, Brasília, Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul. Após as inspeções, encerrará com a entrega de um relatório final com um diagnóstico de cada uma das unidades, que permitirá a correção das impropriedades encontradas e a difusão das boas práticas aplicadas em cada uma das unidades.



INFÂNCIA E JUVENTUDE

O ano de 2021 continuou sendo de restrições devido a pandemia. E muitas ações desenvolvidas em programas e projetos do Poder Judiciário do Acre, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), não ocorreram em sua totalidade, mas não pararam.

Durante esses 300 dias de gestão, foi necessário reorganizar o desenvolvimento das atividades, com apoio da Escola do Poder Judiciário, quanto a eventos de formação. Dessa maneira, foi possível realizar os seguintes cursos:

“Procurando minha família: o desafio da busca ativa”; “O trabalho com as famílias de origem das crianças e adolescentes acolhidos”; “Marco Legal da Primeira Infância”; “O Poder Judiciário na Qualificação do Atendimento Socioeducativo – Da Porta de Entrada à Porta de Saída”.



O fortalecimento da articulação institucional foi o caminho que permitiu avanços consideráveis ao trabalho da Coordenadoria, possibilitando que o programa “Família Acolhedora” chegasse ao interior do estado.

A articulação e ampliação do “Radioativo” em Rio Branco, permitirá que mais adolescentes e jovens sejam atendidos pelo programa que tem como foco os egressos do Sistema Socioeducativo, com oportunidade de qualificações e oportunidades de emprego.

O programa Jovem Aprendiz foi reativado, assim como as edições do Colo de Amor, retornaram, certamente, adotando medidas de segurança devido à pandemia. E dessa forma foi possível também realizar o “ECA na Comunidade” presencialmente, em novembro, na Escola Estadual Maria Angélica Castro.



Com as ações do projeto “Arte de Ser”, foram realizadas oficinas de pães e bolos, crochê, lettering na Casa de Acolhimento Dr.^a Maria Tapajós, que também recebeu reuniões do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e Aliança Pró-Evangelificação de Crianças (Apec).

Foi concretizada a articulação com Instituto Federal do Acre (Ifac) e Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil (FGB) para que ações em 2022 sejam estabelecidas de forma permanente na rotina do abrigo.

O projeto Fortalecendo Vida foi contemplado com um recurso de R\$ 200 mil, para suas atividades, por meio da plataforma +Brasil, em convênio assinado entre TJAC e Ministério da Justiça. O investimento também contemplará a produção de cartilhas para o projeto “Justiça e Cidadania na Escola”.

Outras mobilizações foram consolidadas por campanhas: enfrentamento ao trabalho infantil, ao abuso infantil, “Adotar é amor!”, “Doe diversão e distribua sorrisos”, “Declare seu amor”, enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, prevenção de gravidez na adolescência, exploração sexual, campanha do agasalho natalina e arrecadação de brinquedos.

A CIJ conta com o apoio e articulação da Rede de Proteção: magistradas e magistrados, promotores e promotoras de Justiça, defensores e defensoras públicas, membros do Conselho Tutelar, da Ordem Dos Advogados do Brasil/Acre (OAB/AC), secretarias de estado e município, servidoras e servidores do TJAC, delegados, policiais militares, Fieac, Fecomércio, Apec, associações e voluntários.



Projeto Cidadão

■ Ao longo de 26 anos de atuação, o Projeto Cidadão mantém o importante papel de promover cidadania e igualdade social a partir de suas ações. Sua finalidade primordial é assegurar à população de menor poder aquisitivo o direito à documentação básica, bem como o acesso rápido e gratuito aos serviços públicos da área social: saúde, educação, meio ambiente, segurança e trabalho.



Promovido pelo Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a imprescindível participação de parceiros, a cada edição o projeto realiza desde o fornecimento gratuito de registro de nascimento, casamento, título de eleitor, CPF, RG, carteira de trabalho, a audiências de

conciliação, mediação, aconselhamento jurídico, vacinação e consultas médicas entre outros serviços.

Com as atividades suspensas em 2020 devido a pandemia, em 2021 o projeto voltou a ser realizado adotando as medidas de segurança necessárias, promovendo três edições, nas seguintes cidades: Rio Branco, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, totalizando 2.706 atendimentos.

Em Cruzeiro do Sul, foi realizado o casamento coletivo pela primeira vez na comunidade do Croa, distante cerca de 22km da área urbana de Cruzeiro e que abriga uma fauna e flora exuberante. Já Assis Brasil recebeu a ação completa de emissão de documentos, atendimentos nas áreas de saúde, jurídica e social.

No ano de 2021, a gestão ainda deu continuidade ao trabalho de gerenciamento de convênios que envolvem o Projeto Cidadão. Dois recursos foram aprovados em um convênio com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, totalizando mais de 1,5 milhão de reais para aquisição de insumos necessários para levar toda estrutura das ações de cidadania do projeto até os lugares mais afastados das cidades do estado.

Com esse recurso serão realizadas em 2022, ações que atenderão a capital, e as populações tradicionais, ribeirinhos, colonos, seringueiros e indígenas nas cidades de Sena Madureira, Manoel Urbano, Mâncio Lima, Assis Brasil, Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul e Santa Rosa do Purus.



Enfrentamento à violência contra a mulher

■ As ações de enfrentamento à violência contra a mulher são prioridades no Judiciário acreano. Os programas e projetos dessa área, desenvolvidos pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), têm o foco interno e externo.

São promovidas sugestões para o aprimoramento da estrutura e oferecido suporte às magistradas e magistrados, servidoras e servidores, e às equipes multiprofissionais visando a melhoria da prestação jurisdicional.



A Comsiv atua de forma expressiva na articulação com outros órgãos governamentais e não governamentais, em ações de parceria, permitindo diversas atividades.

Nesse período dos 300 dias, o Poder Judiciário assumiu o compromisso de apoiar a re-



alização da Jornada da Lei Maria da Penha e o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica, no intuito de identificar e disseminar boas práticas para as unidades que atuam na temática da violência contra a mulher.

E mesmo com a pandemia, em 2021, foi possível dar continuidade à realização das etapas do Programa Justiça pela Paz em Casa, permitindo rápido andamento a processos e pedidos de medidas protetivas.

A interiorização da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher aperfeiçoou as ações e maximizou os resultados, possibilitando levar essa experiência a um maior número de pessoas.

Cumprindo com o compromisso com a sociedade, nesses 300 dias de gestão foram desenvolvidas 25 ações estratégicas, entre elas: palestras de conscientização, produção e distribuição de cartilhas e folders sobre o tema, rodas de conversa, atividades de saúde, bem-estar e inclusão social. Um ponto importante a destacar foi o avanço nas ações educativas e de interiorização da Rede de Proteção.

Os resultados do Judiciário Acreano atestam significativamente a eficiência da prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Comsiv concentrou esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero, quando o Judiciário deu ênfase ao julgamento de processos relativos aos episódios de violência e de feminicídio, assim como a realização de palestras, cursos de capacitação e fortalecimento da questão de gênero junto à sociedade civil.



SOS ACRE

■ Em fevereiro de 2021, o Acre viveu um momento emblemático, em uma situação de emergência que envolvia o agravamento da pandemia causada pela Covid-19, surto de dengue, enchentes e crise migratória nas cidades acreanas de fronteira. A atuação do Tribunal de Justiça do Acre, como parceiro do Ministério Público do Estado do Acre, na realização da campanha SOS Acre, permitiu que o pedido de ajuda se espalhasse por todo o Brasil em uma articulação nacional que contou com a ajuda de diversos artistas.





Por meio do Tribunal de Justiça do Acre, a acreana, ex-BBB, Gleici Damasceno, e o jornalista Rene Silva, coordenador do projeto Voz das Comunidades, realizaram uma grande mobilização envolvendo atores, cantores, digital influencers, produtores, entre outros.

A campanha também ganhou apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª região (Rondônia e Acre), Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região (Amatra14), o Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre (Sinsjustra), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA).



Enquanto o MPAC administrava a conta que recebia recurso financeiro, o TJAC atuou em outra frente, recebendo doações em Rio Branco, e enviando para os pontos de doação. Uma força tarefa que envolveu diversas servidoras, servidores, magistradas e magistrados, além do apoio do Exército Brasileiro e Corpo de Bombeiros junto a Defesa Civil, que também passaram a contribuir a partir de uma articulação da Administração do Tribunal.

Foram milhares de produtos arrecadados, de alimentos a material de limpeza, remédios, colchonetes, todos distribuídos com muita transparência e agilidade às famílias atingidas.

Uma grande ação humanitária quer reforçar ainda mais o papel que o Poder Judiciário do Acre vem desenvolvendo, indo além dos serviços jurisdicionais, atuando próximo da população com olhares e ações de uma Justiça social.



EIXO PROCESSOS INTERNOS

VICE-PRESIDÊNCIA

■ A prestação jurisdicional adequada aos processos remetidos ao juízo de admissibilidade, foi uma das prioridades da gestão atual.

Durante esses 300 dias de gestão, mais de 600 decisões foram proferidas pelo vice-presidente, desembargador Roberto Barros, no exercício do cargo. Foram um total de 379 processos despachados.

Foram proferidas pela vice-presidência 479 decisões de admissibilidade em Recursos Especiais e 72 decisões de admissibilidade em Recursos Extraordinários (inclui-se decisões de admissão, inadmissão e negativa de seguimento por aplicação da sistemática dos recursos repetitivos).



Foram emitidas 68 decisões de sobrestamento de processos; 220 admissões de recursos às cortes superiores (208 recursos especiais admitidos e 12 recursos extraordinários); 328 decisões de inadmissão por não atender aos requisitos, (271 recursos especiais e 57 recursos extraordinários).

O desafio maior da gestão é tratar dos processos sobrestados - casos parados ou suspensos -, em virtude de Temas de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos.

Por isso, a Vice-Presidência procura fomentar o Instituto de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no âmbito do tribunal local, por meio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) - fonte SAJ-SG-21.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Fiscalização e inovação

O ano de 2021 também foi intenso em atividades realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça (Coger), que tem a missão de fiscalizar, em caráter geral e permanente, as atividades dos órgãos e serviços judiciários de primeira instância, bem assim das atividades dos serviços notariais e de registros.

Um importante canal de diálogo mensal foi estabelecido pela Coger com a Associação dos Magistrados do Estado do Acre (ASMAG), o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB/AC e as Corregedorias da Polícia Civil, Militar e Federal, fortalecendo a cooperação interinstitucional, no intuito de aprimorar os serviços jurisdicionais que são prestados à sociedade, além de alinhar fluxos de trabalho.

A Coger realizou diversas visitas institucionais às Serventias Extrajudiciais do Estado do Acre, com a finalidade de conhecer a realidade em que os serviços notariais e de registro são prestados à população.



Em atendimento ao Cronograma efetivado, também foram realizadas 63 correições nas Unidades Judiciárias deste Tribunal. No tocante as unidades extrajudiciais, foram realizadas 24 correições gerais ordinárias na modalidade virtual e 5 correições na modalidade presencial.

Já a edição do Provimento COGER nº 13/2021 foi uma conquista. Com ele o oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais, mediante requerimento dos nubentes e em comum acordo com o juiz de Paz, ficou autorizado a promover a celebração de casamento civil por plataforma digital.

O atendimento virtual (whatsapp) nas gerências, chefia de gabinete da COGER, unidades judiciais e extrajudiciais, permitiu mais agilidade. A ferramenta também tem sido utilizada para enviar notificações às unidades judiciais sobre a existência de processos nos sistemas SEI e PJeCor.

Outro destaque foi a automatização dos relatórios de cumulação que permitiu, além do ganho de tempo para a confecção, que passaram a ser gerados em apenas 5 minutos após a consolidação dos dados, evitar erro na digitação dos dados. Com a integração dos dados é realizada a análise crítica dos relatórios com identificação de possíveis inconsistências no



lançamento das informações por parte das unidades judiciais.

Outro desafio foi superado com a reinauguração da Unidade Interligada de Registro Civil na Maternidade Bárbara Heliodora. E considerando o atual cenário mundial diante da pandemia, foi implementado o roteiro voltado a nova modalidade de Correição Virtual. Toda Reunião Virtual é gravada, sendo confeccionada uma Ata de Correição Ordinária e seus documentos são juntados em processo específico de correição da Serventia, no sistema PJECor.



A Coger também atuou na articulação e mobilização de instituições parceiras que resultou na doação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de 10 computadores e 20 móveis para o Instituto Socioeducativo da regional Alto Acre (ISE/Alto Acre), sediado em Brasília, permitindo proporcionar um ambiente profissionalizante, visando a ressocialização dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei.

A Corregedoria coordenou as tratativas para a realização de convênio que culminou com a assinatura de Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Instituto de Defesa Agropecuária Federal (IDAF), visando facilitação do acesso de pesquisa deste Tribunal de Justiça ao banco de dados daquela instituição, em razão de vários pedidos de pesquisas de semoventes.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

■ Pela primeira vez o Planejamento Estratégico (PE) do Poder Judiciário do Acre foi feito pela própria equipe da instituição e foi aprovado em junho de 2021 pelo Tribunal Pleno Administrativo para o sexênio 2021/2026.

A iniciativa, de os próprios servidores do TJAC executarem o serviço, evitou despesas financeiras para contratação de empresas. A construção da proposta seguiu a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) e seus princípios participativos, além de observar as diretrizes assentadas pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução 325/2020.



A construção do PE seguiu as orientações metodológicas com participação efetiva de magistrados, servidores e colaboradores, perfazendo um total de 733 pessoas consultadas diretamente por meio da realização de 10 oficinas/reuniões com o público interno e, ainda, por meio de questionários virtuais.



A sociedade também foi ouvida por meio da realização de dois encontros, o primeiro contou com a participação de 27 participantes dos seguintes segmentos: mulheres, negros, juventude, povos indígenas, religiosos, pastoral carcerária, deficientes, idosos, crianças e adolescentes, sindicalistas, produtores rurais, associações de moradores, comunidade e pesquisadores acadêmicos; e o segundo, com operadores do direito, quando participaram representantes de seis instituições: Ministério Público do Acre (MPAC), Ordem dos Advogados do Brasil seccional Acre (OAB/AC), Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE/AC), Polícia Civil, Procuradorias-Gerais dos Municípios de Rio Branco e de Cruzeiro do Sul.

O processo de elaboração do PE foi finalizado com apreciação do Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre e será monitorado periodicamente pelo painel de indicadores que dialoga com as referências do CNJ.

Ainda, em atendimento ao processo de Gestão Participativa, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) fez adesão ao processo de consulta liderado pelo Tribunal de Justiça da Bahia, ao qual os 27 Tribunais Estaduais do Brasil se uniram para conduzirem o processo de Gestão Participativa, onde a sociedade e membros do sistema de justiça brasileiro de cada unidade federativa puderam, por meio de pesquisa on line, emitir suas opiniões e considerações sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2022.

Como resultado da consulta, 321 pessoas responderam ao questionário, resultando na quinta melhor posição em quantidade de participantes, em números absolutos, quando comparado aos demais Estados. O resultado indicou o estímulo à participação por parte do público interno e externo do TJAC.

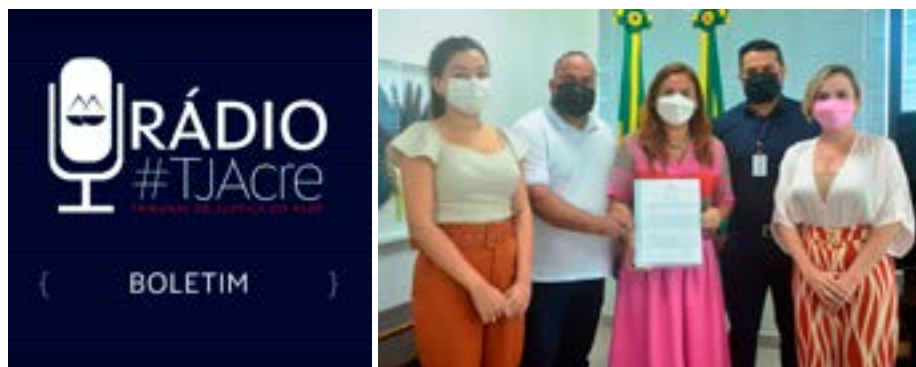
Todo esse processo de consulta foi reportado em modelo de relatório disponibilizado pelo CNJ.



Diálogo com a sociedade

■ A comunicação tem uma atuação estratégica e imprescindível para o diálogo do Poder Judiciário do Acre com a sociedade. Neste ano de 2021 a gestão buscou consolidar e ampliar parcerias.

O Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça do Acre e a Fundação Aldeia de Comunicação foi renovado, garantindo a manutenção da veiculação do Boletim TJ Acre na Aldeia FM, levando-o também para a rádio Difusora, ambas em Rio Branco.



E na renovação foi efetivada a ampliação do produto que divulga as ações e os serviços do Poder Judiciário, tanto na Aldeia quanto na Difusora, nos municípios de Brasileia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira e Xapuri.

O Boletim TJ Acre também foi disponibilizado de forma estratégica nas plataformas Spotify, Deezer, Google e Amazon Music.



Como as ações estratégicas as campanhas institucionais do TJAC, que abordam diversos temas como adoção, combate à violência contra a mulher, entre outros, agora também são veiculadas, por meio de parceria, na rede de supermercados Araújo.

A partir da criação do Plano de Endomarketing, construído com intuito de disseminar a estratégia institucional, fortalecer a identidade e a missão do sistema Judiciário administrativo entre as magistradas, magistrados, servidoras e servidores, 2021 foi o ano de também lançar o Boletim Virtual do TJ Acre, que já está em sua 4ª edição e é direcionado somente



ao público interno.

O ano de 2021 foi marcado pela produtividade de 1.136 reportagens no site e 124 na intranet, 30 campanhas ao longo do ano, abordando os programas e projetos do Tribunal. Foram 223 programas do Boletim TJAc, com 29 entrevistas e 30 spots com campanhas.

O trabalho diário nos perfis das redes sociais da instituição também permitiram um crescimento considerável e maior interação com o público.



Transparência nos atos normativos

■ No âmbito da comunicação jurídica, priorizando a transparência dos atos normativos, foram formatadas ou publicadas de fevereiro a novembro de 2021, 316 portarias, 18 resoluções, 36 provimentos, nove regimentos e emendas regimentais, sete Lei Complementar, sete Recomendação e um Decreto.

De todas essas publicações, foram 281 atos normativos, 70 Consolidados, 28 atos normativos revogados, 15 republicados.

A participação junto ao CNJ também foi priorizada na gestão, com atuação na colaboração na pesquisa de diagnóstico da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplicada aos Tribunais, e pesquisa diagnóstica no banco de jurisprudência do TJAC. Além da participação no Grupo de Trabalho da LGPD, assim como no Comitê de Apoio para elaboração de estudos e pareceres técnicos sobre a sistematização do serviço de jurisprudência no Poder Judiciário.



Gerenciamento e controle

■ A auditoria interna desenvolve um papel fundamental no controle e gerenciamento de uma instituição pública, no que diz respeito aos seus custos de aquisição de bens e serviços.

O Poder Judiciário do Acre, no âmbito de controle para o devido cumprimento da lei e ao atendimento do interesse público da administração pública, a garantia do acompanhamento sistemático de todos os setores que compõem a instituição, atuou de forma essencial, com o monitoramento da aplicação das recomendações oficiais do CNJ, nesses 300 dias de gestão.

Foi realizada a elaboração e aprovação da Resolução n. 255/2021 concernente ao Estatuto da Unidade de Auditoria Interna e Código de Ética de seus servidores, para execução a partir do biênio 2021/2023.

O recebimento, análise, orientação e encaminhamento de todos os relatórios de prestação de contas de 2021 aos órgãos de controle e acompanhamento, garantiu o cumprimento com responsabilidade e pontualidade do Judiciário acreano.

A garantia de acompanhamento e monitoramento das recomendações oficiais de controle interno manteve atualizada todas as funções de auditoria interna, assim como o acompanhamento de todos os processos em tramitação no se que refere a auditoria interna, perfazendo um total 250 processos finalizados e em tramitação, 160 documentos gera-



dos no período, a abertura de procedimentos referentes a todas as resoluções do CNJ, que tratam da política de auditoria interna. E a realização das auditorias internas de controles e contratos administrativos e auditoria conjunta de acessibilidade digital.

Assessoramento jurídico

A Assessoria Jurídica atuou em todos os procedimentos licitatórios instauradas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, com a emissão de pareceres e minutas de decisões. Além disso, elaborou múltiplas minutas de despacho, decisões, portarias de matérias diversas, incluindo-se aquelas relacionadas a direito de servidores, importando no quantitativo de 3.464 (três mil quatrocentos e sessenta e quatro) atos.

Tecnologia da Informação e Comunicação

■ Durante o ano, foram desenvolvidos e implantados dois sistemas internos para atendimento da gestão, além da implantação e acompanhamento permanente do balcão virtual.

As ações na área de tecnologia permitiram o fortalecimento da política de Tecnologia da Informação (TI) com novas ferramentas virtuais, atendendo a Resolução 337/2020 CNJ.

Essas políticas de Capacitação em TI para servidores foram desenvolvidas junto a Esjud, passo importante para a atuação fortalecimento de competências.

Como forma de garantir a segurança, os planejamento e ações apontam para investimento permanente na área de Segurança em Rede Computacional (Análise e Correção);

Foi iniciado o Projeto de Atualização do Sistema de Gestão do Ensino (Sigen). A melhoria prevê a integração com sistema de Recursos Humanos (RH) e o Banco de Conhecimento.

Também foi implementada a Carteira de Cobrança no sistema Refin. A ferramenta possibilita a geração, gestão e acompanhamento de pagamentos de credores.



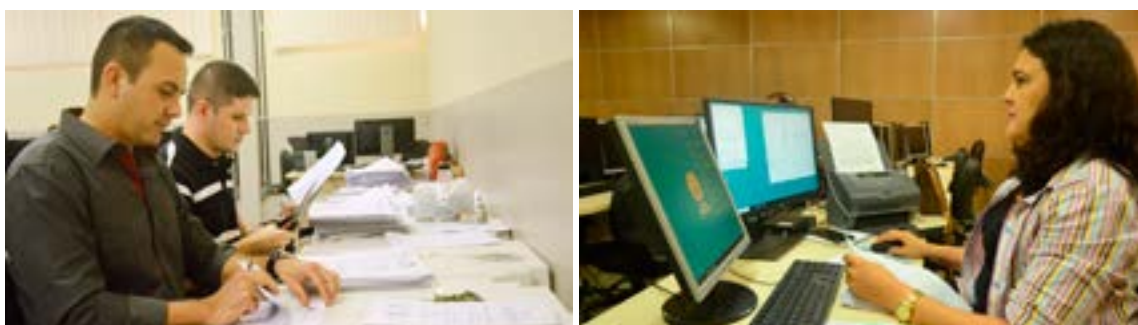
O TJAC investiu na contratação de internet de 10Mb ilimitada via satélite, através da empresa TELEBRÁS, e disponibilizou para serventia de Jordão, melhorando o atendimento dos serviços aos cidadãos;

Para além das ações apontadas, foi disponibilizado a certidão de antecedentes estadual no Sistema de Automação da Justiça (SAJ) e portal e-SAJ; foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de 2021 (1ª versão), no Portal de Governança de TIC e Portal da Transparência do TJAC, conforme Portaria CNJ N° 101 de 26/03/2021; e, realizada a implantação da Inteligência Artificial (I.A.) de classificação de petições interdiárias no portal e-SAJ, garantido uma atuação mais moderna do sistema.

EIXO APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Virtualização de documentos

■ Por meio da digitalização de documentos, o Poder Judiciário do Acre escreve novos capítulos da sua história, afinal, passa a atuar de forma dinâmica, reduzindo drasticamente o tempo que antes era empregado nas tarefas de ordem administrativa. Com o trabalho de virtualização das pastas funcionais, foram digitalizados 258 volumes, cerca de 80 mil páginas, com toda a vida funcional de 68 magistrados.



Mais que agilidade no acesso à informação, a ação também atua com a redução de papel, que reforça o compromisso com a ação prevista na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Concurso público

■ A conciliação é uma prioridade constante nas ações do Poder Judiciário. Como forma de reforçar a política de conciliação, em 2021, o Tribunal de Justiça do Acre lançou edital para o processo seletivo para contratação temporária e cadastro de reservas de profissionais para o desempenho das funções de juiz leigo, juíza leiga, conciliador e conciliadora do Sistema de Juizados Especiais e Conciliador e Conciliadora para atuação nas Varas de Família e Cíveis do Poder Judiciário do Acre.

Com o total de 1.722 inscritos, as provas ocorreram no dia 12 de dezembro. A contratação dos profissionais proporcionará dar vazão à demanda de processos nas unidades cíveis do Poder Judiciário acreano.





Saúde do servidor

■ Entendendo que para a boa funcionalidade do serviço, uma das importantes ações a ser desenvolvida é a saúde do servidor. Esse também foi um dos compromissos nestes 300 dias de gestão, principalmente por estarmos enfrentando uma pandemia.

Desde o início da pandemia da COVID-19, o mundo percebeu que estava lidando com uma doença com alto poder de transmissibilidade. Diante disto, o Poder Judiciário acreano, visando a qualidade de vida dos servidores, desenvolveu estratégias e parâmetros para a implementação de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrados e servidores.



Durante esse período o Poder Judiciário promoveu mais de 22 ações entre programas, ações e campanhas de vacinações, fato este possível através de articulações entre o Poder Judiciário com a Prefeitura Municipal de Rio Branco, que objetivou a ampliação das campanhas de vacinações contra a COVID-19 e H1N1.

Foram realizados 3.637 atendimentos no Centro Médico do Tribunal, sendo 477 atendimentos médicos, 815 fisioterápicos, dois odontológicos, 456 atendimentos psicológicos, 1.335 atendimento de enfermagem, 266 atendimentos de assistência social e 336 atendimentos nutricionais. Ainda, foram realizadas 586 homologações de atestados médicos.



Celeridade e dinamismo

■ Com a era digital impulsionando uma nova dinâmica de se viver, principalmente, no que diz respeito à gestão de pessoas, a área de Recursos Humanos, por muito tempo vista como operacional e burocrática, é de grande importância dentro do Poder Judiciário.

Neste contexto, com intuito de dar celeridade ao acesso da vida funcional da magistrada, magistrado, servidora e servidor, foram trabalhadas ações para continuidade da implantação do Sistema ADM_RH da Thema. Dessa forma, foram aprimorados os mecanismos de transparência, e foi lançado o módulo de férias e licença prêmio do Portal do Servidor. Além disso, o portal permite o acesso imediato à certidão de férias e histórico sobre suas férias desde seu ingresso na Justiça estadual.





História e Memória

■ Preservar a memória e história do Judiciário é uma das missões e esforços da Administração. Atualmente, os espaços de memória da Justiça acreana tem a função de registrar e compartilhar esse legado, mas também abriga diversos eventos, sendo um espaço de referência para a sociedade.

Devido a pandemia, os espaços ficaram fechados para visitas, e depois de uma flexibilização em relação a eventos, a partir da aplicação da vacina, esses espaços voltaram com algumas atividades, mas com todo o cuidado e medidas de segurança.



Em 2021, o Centro Cultural TJAC recebeu 114 pessoas em 24 eventos realizados no local, mais 23 eventos no auditório do Palácio da Justiça. O Palácio abriga exposições permanentes de objetos e processos histórico e a exposição “5 décadas do Poder Judiciário”.

Foram realizados oito eventos administrativos no Palácio da Justiça, que também recebeu a doação de cinco acervos. Aliás, em 2021 foram inseridos 210 títulos dos materiais bibliográficos no Sistema de Gestão da Biblioteca (BIBLIVRE).

O ano foi finalizado com o lançamento do edital de chamamento para a publicação de textos informativos da primeira edição da publicação denominada ‘Resgatando a história do Tribunal de Justiça do Estado do Acre’.



O material é uma publicação textual seriada, com tema específico em memórias e editada (publicada) pelo Centro Cultural do TJAC. O objetivo é resgatar informações históricas referentes aos servidores e magistrados do TJAC e ser um instrumento de divulgação da memória do Tribunal.

Voluntariado

■ Realizado desde 2015 pelo Poder Judiciário do Acre, em 2021, o Programa de Voluntariado obteve um total de 92 pessoas inscritas. A ação é uma maneira desenvolvida para oportunizar a sociedade a ajudar a instituição, e também aprender sobre o serviço público, ou até mesmo uma forma de ainda permanecer em atividade depois da aposentadoria, contribuindo com a experiência e conhecimentos acumulados ao longo da vida.



Ações socioambientais

■ O Núcleo Socioambiental Permanente (Nusap) articulou junto aos setores a elaboração dos planos de ações ambientais seguindo as diretrizes do CNJ. O que representa uma articulação fundamental para o fortalecimento das políticas socioambientais, articuladas à atuação do TJAC.

Observa-se como referências para tais políticas, em atendimento às resoluções:

- ◆ Plano de Ação do Nusap 2021-2022 – que visa organizar as ações estratégicas institucionais, consubstanciadas na organização da estrutura e conscientização da equipe frente às questões socioambientais.
- ◆ Plano de Logística Sustentável 2021-2026 – que visa aprimorar e difundir uma gestão organizacional com processos estruturados que promovam práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, dando mais eficiência ao gasto público e na gestão de processos de trabalho.
- ◆ Plano de Ação 2021-2022 do Plano de Logística Sustentável – que é o instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário ao Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado.

Também foi ampliada duas ações simbólicas do Judiciário acreano, com a implantação da Horta Comunitária e Biblioteca Compartilhada em Cruzeiro do Sul. Essas ações tem um papel prático e simbólico para despertar a atenção dos servidores para questões relacionadas à qualidade de vida e integração profissional.





Foi possível também fazer a abertura de trilhas na área verde da Cidade da Justiça naquele município, com objetivo de promover educação ambiental, reflorestamento da área degradada e conservação do meio ambiente.

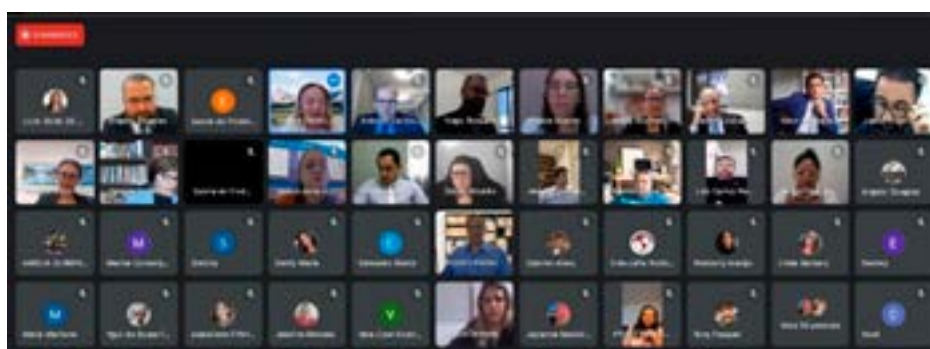


Escola do Poder Judiciário

■ A Escola do Poder Judiciário (ESJUD) desenvolve a importante missão de promover o desenvolvimento de competências para aperfeiçoamento de magistrados e magistrados, servidor e servidores deste Tribunal, tendo como finalidade a formação, aperfeiçoamento e a capacitação, contemplando a formação inicial e continuada com o propósito de alcançar a eficiência na prestação de serviços aos cidadãos.



Assim, a escola atua e oferece formação como um processo permanente de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais necessárias ao exercício das funções desempenhadas por magistrados, servidores e colaboradores do TJAC.



Durante o isolamento total na pandemia, a resolutividade na busca de alternativas foi essencial para que as atividades da Esjud não parassem. E assim tem sido.

No ano de 2021, de fevereiro a outubro, foram 86 ações, fomentando 6.796 matrículas. Com um total de 255 horas de cursos credenciados na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

EIXO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

GESTÃO DE CONVÊNIOS

■ Diante de muitos desafios também de ordem financeira, a parceria tem sido cada vez mais fundamental. E para isso, em 2021 a Administração do Tribunal de Justiça do Acre intensificou e aprimorou a gestão de Termos, Acordos, Convênios de Cooperação Técnica, fundamentais para o Judiciário do Acre.



Atualmente o TJAC possui 211 Termos, Acordos e Convênios de Cooperação Técnica vigentes, sendo 71 termos de convênio e 20 aditivos, do exercício atual.

Desses, 12 instrumentos vigentes representam um valor de R\$ 21.459,450,52. Tendo sido liberado um repasse de R\$ 19.626.000,00 - desses, 03 convênios estão em processo licitatório, que são especificamente Projeto Cidadão, Projeto Cidadão Indígena e Projeto Fortalecendo Vidas.



Metodologia de planejamento orçamentário

■ Observando a dinâmica de uma gestão que valoriza os conhecimentos e experiências, foi instalada uma nova metodologia para a elaboração da Proposta Orçamentária (PLOA-2022), que contou com participação de todos os setores com função administrativa e o acompanhamento de magistrados.



Essa forma de produzir orçamento permitiu ampliar a informação em torno da dinâmica de elaboração da peça orçamentária e discutir de forma aprofundada a realidade institucional, o que garantiu reflexões importantes sobre as propostas de investimentos em conformidade com a conjuntura.

Como estratégia de fortalecimento, investiu-se na elaboração de Portfólio para alocar emenda parlamentar, o que gerou resultados consideráveis na ordem de 4,8 milhões, os quais serão destinados à infraestrutura e projetos sociais que compõem a razão de ser deste Poder.



Reorganização financeira

■ O Tribunal de Justiça do Acre realizou um intenso estudo e trabalho de reorganização de sua dinâmica financeira, essencial para atuarmos com a austeridade necessária para conquistas fundamentais.

Para possibilitar a melhoria dos serviços realizados e o aumento de ações institucionais do Poder Judiciário, realizamos estudos sobre a divisão dos recursos propostos na Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) dos exercícios 2021 e 2022.

Também foram realizadas ações de contingenciamento de despesas e de melhoria na qualidade dos gastos públicos do Tribunal, por meio da realização de recursos que possibilitaram redução de custos, da melhoria nos procedimentos de discussão e elaboração da proposta orçamentaria, bem como na liquidação de passivos, de modo a reduzir encargos financeiros futuros e proporcionar maior confiança e credibilidade perante os colaboradores diretos e indiretos.

O Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária, permitiu identificarmos a viabilidade dos recursos financeiros em contas judiciais, cujos processos judiciais tinham transitado em julgado há mais de 5 anos. Foram analisados mais de 70 mil processos.

Ações de melhoria na transparência, com a elaboração e disponibilização de informações de gestão orçamentária e financeira no site da transparência do TJAC, foram realizadas com objetivo de aumentar a confiança da sociedade e dos órgãos de fiscalização.

Também foram atendidas todas as solicitações de informações e/ou pedidos de esclarecimentos dos órgãos de controle interno e externo (AUDIN, TCE-AC e CNJ), de modo a manter a aprovação das Prestações Contas Anuais. Bem como, foi adotado um cronograma de ações, com prazos, voltadas para responsabilidade fiscal e otimização dos recursos humanos e financeiros no encerramento do exercício.

Ainda estão como ações exitosas a política de modernização da gestão financeira; melhoria do sistema do controle de pagamento; lançamento, acompanhamento e controle dos custos no sistema GRP THEMA; fortalecimento do controle de pagamento bancário do Fundo de Fiscalização das Serventias Extrajudiciais – FUFIS; controle das receitas das custas judiciais (recebimento de arquivos bancários, confirmações de pagamentos, devolução de custas indevidas e emissão de boleto do NUCRI (FUNJEJ).



Fluxo e economia

Em um ano que continuou exigindo atitude de austeridade diante dos desafios financeiros, foi primordial que a Administração com toda a equipe de profissionais atuasse com rigor de forma comprometida em ações sistematizadas.

Entre elas destacam-se: o cumprimento de atribuições de rotinas essenciais aos processos de contratações; a garantia no fornecimento de materiais e serviços de todas as unidades da capital do interior; a recomposição dos contratos de prestação de serviços continuados, com a redução de até 50% do valor mensal (nos meses de maio e outubro), representando uma economia de mais de 600 mil reais.

Além disso, foram 58 editais de licitação assinados, 43 certames concluídos e homologados e 12 certames agendados e/ou em andamento.

Obras e reformas

Manter a estrutura do Judiciário acreano exigiu esforço e dedicação. Nos empenhamos para manter nesse período os diversos serviços de manutenção nas instalações do Poder Judiciário, para garantir o bom funcionamento da instituição.



A pandemia não acabou, portanto, outra preocupação foi com a distribuição de materiais de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, os EPIs e EPCs. Acrílicos, instruções de distanciamento foram instaladas nas Comarcas do Interior e Capital em acompanhamento das atividades de retorno presencial dos servidores e magistrados.



Ano de parceria

Uma palavra importante e muito exercida pelo Poder Judiciário do Acre durante esses 11 meses de gestão, foi a parceria. Vislumbrando a garantia de melhorar a prestação do atendimento jurisdicional ao acreano, em agosto, foi celebrado Termos de Cooperação Técnica entre Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e Governo do Estado, envolvendo investimentos na ordem de R\$ 17,5 milhões destinados para obras de manutenção e reforma das unidades



do Poder Judiciário, modernização do Parque Computacional, instalação da usina fotovoltaica e construção da 2ª etapa do Fórum de Brasília.

Obras

■ O recurso para manutenção e reforma das unidades será aplicado pela própria equipe do Governo do estado, que coordenará todas as obras do Poder Judiciário em 20 cidades no Acre. Em contrapartida o TJAC disponibilizará a equipe técnica de engenharia e arquitetura, para acompanhamento das obras, assim como estudos técnicos, projetos e orçamentos que dispõe das unidades.



Em 2021, o Fórum Dr. Celso Secundino Lemos, em Manoel Urbano, recebeu a equipe do Governo do Estado, responsável pelo serviço. Em Senador Guiomard, as ações já foram iniciadas no Fórum Desembargador Ananias Gadelha Filho.

Como estratégia de ampliação, estão sendo destinados 3,7 milhões, para a construção da 2ª etapa do Fórum de Brasília.

Infraestrutura tecnológica

■ Visando o fortalecimento e a modernização do Parque Tecnológico, empreendeu-se esforços para renovação de cerca de 40% do Parque Computacional e ampliação dos serviços de segurança de dados, para garantir ao Poder Judiciário do Acre, condições adequadas de atendimento às políticas tecnológicas, orientadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com vistas ao atendimento mais efetivo junto aos usuários. O investimento é na ordem de R\$ 7,2 milhões.

Usina fotovoltaica

■ Fazendo parte da proposta de sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Acre, a usina fotovoltaica também será instalada por meio dessa parceria com o Estado. A usina incorpora uma estratégia de atendimento e fortalecimento das políticas ambientais, ao mesmo tempo que garante redução de custos de energia no futuro.

A usina fotovoltaica ou complexo solar será uma central geradora de energia elétrica para a instituição. O projeto está articulado ao propósito da Agenda 2030, incentivando a sustentabilidade dos órgãos públicos, ao tempo que atende ao Plano de Logística Sustentável do TJAC.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO AO ACRE
Tribunal de Justiça

www.tjac.jus.br

RELATÓRIO
**300
DIAS**